

REQUERIMENTO DE ACESSO

AOS DADOS PESSOAIS · LGPD

AO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Eu, **nome completo**, portador do CPF n.º 000.000.000-00, titular dos dados pessoais tratados por **nome da empresa ou plataforma**, no cadastro identificado por **e-mail, usuário ou número da conta**, venho exercer os direitos previstos no art. 18 da Lei n.º 13.709/2018, requerendo:

- ☐ Confirmação da existência de tratamento de dados pessoais a meu respeito
- ☐ Acesso aos dados pessoais tratados, em formato que permita a sua leitura
- ☐ Informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais houve compartilhamento
- ☐ Registros de acesso à minha conta, com data, horário e dispositivo, do período de __/__/__ a __/__/__
- ☐ Informação sobre a finalidade e a base legal de cada tratamento realizado
- ☐ Correção dos seguintes dados incompletos ou desatualizados: **especificar, se houver**

Requeiro a resposta na forma do art. 19, inciso I, da mesma lei, no prazo de quinze dias contados do recebimento deste requerimento, para o e-mail **seu e-mail**.

Cidade, __ de _____ de ____.

Nome completo
CPF 000.000.000-00

RECEBIDO EM __/__/____ . POR _____

Guarde esta via com o recebimento. Sem ela, o pedido não tem data.



SOBRE ESTE DOCUMENTO

Esta folha é explicativa e não faz parte do que você entrega: imprima apenas as folhas anteriores a ela.

O QUE É

Um pedido dirigido a quem trata os seus dados, para confirmar a existência do tratamento e receber cópia do que é tratado.

QUANDO SERVE

Para qualquer empresa, plataforma ou aplicativo. É especialmente útil depois de um acesso indevido à conta: a resposta costuma trazer registros de acesso e dispositivos utilizados.

QUANDO NÃO SERVE

Não serve para pedir dados de outra pessoa, e não obriga ninguém a entregar informação protegida por segredo comercial ou industrial.

EM QUE ISSO SE APOIA

O art. 18 da Lei 13.709/2018 assegura ao titular a confirmação da existência de tratamento e o acesso aos dados. O art. 19, I, prevê resposta em formato simplificado imediatamente, ou por declaração clara e completa em até quinze dias do requerimento.

ANTES DE ENVIAR

- Envie pelo canal de privacidade da própria empresa, que quase sempre existe no rodapé do site ou nas configurações do aplicativo.
- Anote a data do envio e o número do protocolo: é da data que o prazo de quinze dias corre.
- Se não houver resposta, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados recebe petição de titular, comprovada a tentativa de solução direta.

Documento informativo e gratuito, disponibilizado pelo Bianchi & Mello — Escritório de Advocacia. Preenché-lo e entregá-lo não é ato privativo de advogado e não constitui consulta jurídica, não gera vínculo profissional e não substitui a análise de um caso concreto.